





## “VAI FICAR TUDO PRETO”

### Monteiro Lopes e a cor na política\*

PETRÔNIO DOMINGUES

#### RESUMO

O artigo pretende ser um registro preliminar da trajetória de Monteiro Lopes, o primeiro “homem de cor” a ser eleito deputado federal no Brasil sem prescindir de um discurso de afirmação racial. Dedicamos atenção à sua campanha eleitoral de 1909, ao sistema político da Primeira República, à emergente mobilização afrodiaspórica e ao processo que se designou *cor na política*.

**PALAVRAS-CHAVE:** *negro; relações raciais; Primeira República; afrodiáspora.*

#### ABSTRACT

The article is a preliminary sketch of Monteiro Lopes', the first “colored” man to be elected for a seat in the Brazilian Congress without relying on a racially oriented agenda, biography. In doing so, it reconstructs his 1909 campaign, First Republic's political system and the emerging Afro-diasporadic mobilization, as well as the process here referred to as *color in politics*.

**KEYWORDS:** *African-Brazilians; racial relations; First Republic; African diaspora.*

*“Os negros diferenciam o Brasil e mantêm a sua independência, porquanto estão certos que em outro lugar não têm pátria”.<sup>1</sup>*

[\*] Agradeço às/aos pareceristas *ad hoc* da revista, pelas sugestões profícuas, e a Flávio Gomes (UFRJ), pela fecunda (e bem-humorada) troca de ideias no período em que estive no Rio de Janeiro, consultando fontes desta pesquisa.

[1] Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 61.

No dia 13 de dezembro de 1910, o Rio de Janeiro ficou enlutado. Faleceu Monteiro Lopes. No dia seguinte, todos os grandes jornais da então capital da República noticiaram o fato. De acordo com *O Século*, seu enterro foi bastante concorrido, notando-se a presença de elementos de todas as cores e classes sociais. Durante o dia, inúmeras pessoas compareceram à residência do “querido extinto”, para lhe prestar a última homenagem. Quando se fechou o caixão, depois de ter sido encomendado o corpo pelo vigário Chaco Vicenzi, o solicitador Antonio de Menezes dirigiu “pungente adeus ao morto”. O intendente municipal, capitão Ezequiel de Souza, fez também “sentida oração”, dizendo que os correligionários do “ilustre” Monteiro Lopes jamais abandonariam os ideais por ele pregados. O caixão foi em seguida trasladado para o coche fúnebre pela comissão da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. No cemitério de São Francisco Xavier, retiraram o caixão do coche o senador Quintino

Bocaiúva, vice-presidente do Senado, e os deputados Irineu Machado, Bethencourt Filho, Raul Barroso e Pereira Braga. Conduziram a carreta até o carneiro nº 611, onde foi sepultado o “pranteado advogado dos oprimidos”. Falaram à beira do túmulo o dr. Wenceslau Barcelos, que terminou dizendo “Vai, que Deus esteja contigo; após a tua partida, só ficam tristeza, luto e lágrimas. Comigo ficará, além de tudo isso, a tua memória que, imperecível, guardarei na minha eterna gratidão”; o dr. Sabino dos Santos, em nome da Irmandade do Rosário; o tenente do Colégio Militar A. Martins; o operário Lourenço Izidoro; o farmacêutico Ismael Soares Filho; o deputado Irineu Machado, que, em nome do Partido Democrata, produziu uma “belíssima e tocante oração”; e, finalmente, o dr. Ataliba de Lira, pelo Conselho Municipal.

Entre o grande número de coroas depositado no coche fúnebre, a reportagem d’*O Século* (15/12/1910) apurou as seguintes dedicatórias: “Ao dr. Monteiro Lopes, a Câmara dos Deputados”; “Ao dr. Monteiro Lopes, o presidente do Estado do Rio de Janeiro”; “Ao eminente batalhador, os operários da fábrica de cartuchos do Realengo”; “Ao paladino do operariado, os operários das oficinas do Engenho de Dentro”; “Ao dr. Monteiro Lopes, homenagem dos operários da Imprensa Nacional”; “Gratidão dos operários do Arsenal de Marinha”. No momento em que desceu ao túmulo o corpo do “dr. Monteiro Lopes”, muitos ramalhetes de flores foram atirados sobre o caixão. Uma multidão acompanhou o enterro. A reportagem d’*O Século* registrou a presença, dentre outras pessoas, do advogado Evaristo de Moraes, do professor Hemetério José dos Santos, de senadores, deputados federais, membros da “Irmandade do Rosário”, militares, operários, estudantes e representantes de sociedade literária, dos órgãos da imprensa, de associações beneficentes e do Ministério da Viação. A viúva de Monteiro Lopes recebeu diversos telegramas de condolências, de várias partes do país. Para não se alongar aqui, eis apenas quatro desses telegramas: “Campinas — Federação Paulista Homens de Cor, compartilhando acerbíssima dor [...], enviamos sentidos pêsames pelo falecimento do querido chefe dr. Monteiro Lopes”; “Apresento condolências e sentidos pêsames pelo passamento do prezado colega — Deputado Eduardo Sócrates”; “Profundamente sentido pelo falecimento do nosso amigo dr. Monteiro Lopes, apresento em meu nome condolências à família do ilustre morto amigo das classes trabalhadoras — Lúcio Reis”; “Pelotas [RS] — O Centro Monteiro Lopes foi dolorosamente surpreendido pela perda inesperada do inolvidável democrata egrégio parlamentar vosso esposo envia sentidos pêsames por tão inesperada transição”.

Quem era esse sujeito que foi chamado de “advogado dos oprimidos”, “amigo das classes trabalhadoras”, “paladino do operariado”, “egregio parlamentar” e despertou tanta atenção da opinião



Monteiro Lopes (s/d).

pública? Basta lembrar que, em seu enterro, compareceram intendentes municipais, senadores, deputados, representantes do presidente do Estado do Rio de Janeiro e de agremiações operárias. Quem era esse sujeito que foi estimado até mesmo por associações em defesa dos “homens de cor”? Sabe-se que ele era negro, de cú-tis bem escura, e foi eleito deputado federal em 1909, mas como isso foi possível? Como se deu essa vitória eleitoral e, notadamente, como esse processo foi eivado pelo preconceito racial? São essas as questões que nortearão o artigo. Além de abordar a racialização da sociedade e da política, a ideia aqui é demonstrar que o “preconceito de cor” — um recurso potencializado toda vez que o negro ousava não permanecer no seu devido lugar — nem sempre era cordial no Brasil da Belle Époque.

## DE PERNAMBUCO PARA O PROSCÊNIO DO PODER

Manoel da Motta Monteiro Lopes nasceu na cidade de Recife, estado de Pernambuco, em 25 de dezembro de 1867. Filho do operário Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e de Maria Egiphiciaca de Paula Lopes — ambos afrodescendentes —, tinha quatro irmãos (José Elias Monteiro Lopes, juiz de direito; João Clodoaldo Monteiro Lopes, advogado; Maria Júlia e Taciana Monteiro Lopes, professoras). Precocemente aproveitou as oportunidades de “estudo”. Fez sua formação básica no Ginásio Pernambucano; em seguida, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, período no qual revelou sua “têmpera de lutador” e se tornou um “acérrimo abolicionista” e um simpático à causa republicana, consignou *O Século* (13/12/1910). Terminada a fase de estudante universitário em 1889, veio o dilema: como e onde iniciar a carreira profissional? Um de seus irmãos havia se radicado em Belém do Pará, e, a partir da intermediação desse irmão, Monteiro Lopes mudou-se para o norte do país, onde exerceu cargos públicos e enfrentou embates políticos. As informações dessa fase de sua vida são desconstruídas. Para o jornal *Correio da Manhã* (14/12/1910), ele esteve no Pará, em 1890, e no Amazonas, ocupando interinamente a chefia de polícia da cidade de Manaus. Já para a *Gazeta de Notícias* (14/12/1910), ele não assumiu, em 1892, o cargo de “chefe de polícia” no Amazonas, por questões de divergências políticas. Foi “nomeado promotor público de Manaus, sendo mais tarde elevado às funções de juiz de direito na mesma cidade”. Em face de informações contraditórias (e pouco confiáveis), importa saber que ele não ficou muito tempo no norte do país. Por volta de 1894, transferiu-se para a capital federal, a fim de se dedicar à advocacia.

Como a cidade mais pujante da jovem república, o Rio de Janeiro atraía milhares de migrantes e imigrantes. Sua população, nesse período, quase dobrou. De 266 mil habitantes, em 1872, saltou para 522 mil, em 1890. Na década da reterritorialização de Monteiro Lopes, a cidade recebeu cerca de 200 mil novos habitantes. Todos em busca de um “lugar ao sol”, com direito a trabalho, iniciativas empreendedoras e novas oportunidades na vida. A abolição da escravatura e a proclamação da República, com todas as expectativas que geravam e também com todos os desafios que implicavam, projetaram essa imensa população numa nova realidade. O mercado de trabalho formal não conseguia absorver toda a mão de obra, o que levou um grande contingente de pessoas a alocar-se em ocupações mal remuneradas ou simplesmente não ter ocupação fixa. Domésticos, “jornaleiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade”<sup>2</sup>. Monteiro Lopes não fez

[2] Carvalho, José Murilo de. *Os bescializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 17.

[3] Sevcenko, Nicolau. "A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio". In: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3, pp. 513-619.

[4] Needell, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 70-1. Ver ainda Benchimol, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

parte dessa estatística. Ao chegar à capital do país, começou a trabalhar como advogado e, aos poucos, foi conquistando clientela e obtendo reconhecimento profissional. O Rio de Janeiro selou uma nova fase em sua vida. Pudera. Maior polo econômico, social, político, a cidade era o prosclênio do poder, passava por uma emergente industrialização, reunia o que havia de mais desenvolvido no campo científico e tecnológico, sediava uma efervescente vida cultural e ditava comportamentos e tendências estéticas. Símbolo de progresso e civilização, tudo ali era tido como virtualmente moderno. Tudo ali causava impacto. A cidade era o cartão-postal da nação e seus signos traduziam um misto de classe, elegância, beleza e sofisticação<sup>3</sup>.

Nem tudo, porém, eram colírios para os olhos. O crescimento populacional vertiginoso, de um lado, e o aumento galopante da carestia, de outro, acarretaram a degradação na qualidade de vida da capital federal. Agravaram-se os problemas de educação, habitação, abastecimento de água, saneamento e higiene. O quadro ficava mais calamitoso nos períodos de surtos de epidemias de varíola, febre amarela, malária e tuberculose. Muitas pessoas viviam em estado de escassez e mesmo de penúria. Eram desempregados ou subempregados, malandros, prostitutas, ambulantes, criados, serventes de repartições públicas, carroceiros, ciganos, bicheiros e capoeiras. Monteiro Lopes percebeu que o Rio de Janeiro era uma cidade marcada pela heterogeneidade — com pessoas de diferentes regiões, nacionalidades, cores, religiões, hábitos e tradições culturais — e, sobretudo, repleta de injustiças e contradições. Contradições sociais e etnoraciais. Na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), até que foi realizada uma ampla reforma urbana, tendo em vista o saneamento e embelezamento da cidade. Adotando Paris como modelo, o centro virou um canteiro de obra e foi transfigurado, com avenidas sendo abertas ou alargadas, ruas melhoradas, praças e jardins criados ou decorados, velhos edifícios demolidos e um novo porto construído. Todavia, as reformas não erradicaram as contradições sociais e etnoraciais. Se as elites acreditavam que, por intermédio das reformas, o Rio de Janeiro estava palmilhando o caminho da civilização e da modernidade pelo atalho da europeização, tais medidas significavam uma condenação do Brasil, em particular do Brasil pobre e negro<sup>4</sup>.

No romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, o escritor Lima Barreto ironiza as reformas de Pereira Passos por meio do imaginário "projeto dos sapatos", que foi aprovado e sancionado no Rio de Janeiro, determinando que "todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados". De acordo com o romance, o Rio de Janeiro estaria passando por uma crise de "amor-próprio" e, para evitar que os estrangeiros, ao voltarem, enchessem de críticas a cidade e civilização brasileira, resolveu invejar Buenos Aires, a capital

da Argentina. Para as elites dirigentes, o Rio de Janeiro não poderia continuar sendo uma “estação de carvão, enquanto Buenos Aires era uma verdadeira capital europeia”. Os legisladores locais então se esforçaram e aprovaram medidas favoráveis à transformação na paisagem urbana (e social) da cidade:

*Os Haussmanns pululavam. Projetavam-se avenidas; abriram-se nas plantas squares, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Foi esse estado de espírito que ditou o famoso projeto dos sapatos.<sup>5</sup>*

Independentemente da ironia de Lima Barreto, as reformas “civilizatórias” e “modernizadoras” de Pereira Passos implicaram em negar e deixar para trás aquilo que muitos na elite carioca viam como sinônimo de atraso — como as práticas culturais populares e as crenças religiosas afro-brasileiras —, mas antes suas reformas tiveram como consequência o alijamento do centro da população pobre, que perdeu suas casas, e aqueles que ficaram sofreram piora nas suas condições de vida. Sensível a essas questões, Monteiro Lopes passou a se posicionar no debate público, bem como se enfronhou nas lides do associativismo e nos canais propulsores de empoderamento. Ingressou na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos — onde se aproximou de José do Patrocínio, de quem se tornou de certa forma “discípulo” —, afiliou-se à maçonaria e iniciou sua militância político-partidária. Em 1896, pertencia ao Partido Republicano Nacional, que não teve vida longa e se dissolveu com lutas internas entre os moderados, sob a liderança de Quintino Bocaiúva, e os radicais, chefiados por Silva Jardim.

Ao lado das atividades profissionais, Monteiro Lopes procurava ficar em sintonia com as novas filosofias políticas e correntes ideológicas, do Brasil e do mundo. Em 1903, lançou sua candidatura e, “após disputadíssima luta eleitoral”, foi eleito pelo voto popular para o cargo de intendente municipal — cargo correspondente hoje ao de vereador —, mandato que se caracterizou “pela atitude em prol do operariado das fábricas e humildes servidores da Municipalidade”. Para o diário *Correio da Manhã* (14/12/1910), Monteiro Lopes teria conferido atenção a projetos em benefício dos “operários e classes pouco favorecidas”. Depois dessa primeira experiência parlamentar, ele tentou uma vaga na Câmara Federal. Embora sua votação não tivesse sido inexpressiva, saiu-se derrotado. Quatro anos depois, lançou novamente sua candidatura para deputado federal. Dessa vez, o resultado foi outro. Como isso foi possível? Como se deu o triunfo desse afro-brasileiro?

[5] Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, pp. 203-5.



[6] Chacon, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da UnB, 1981, p. 100.

Já no final do ano de 1908, iniciaram as articulações e formações das alianças políticas, em torno das eleições. Monteiro Lopes abraçou o projeto do Partido Democrático, fundado por Joaquim Francisco de Assis Brasil, um chefe político gaúcho que falava em “soberania popular” e “insistia no voto secreto, para horror da oligarquia”<sup>6</sup>. No dia 5 de janeiro de 1909, o mesmo *Correio da Manhã* reportou-se a uma reunião dos “chefes políticos das diversas paróquias filiados ao Partido Democrata”, e mencionava o lançamento da candidatura de, entre outros, Monteiro Lopes. Costurando barganhas políticas diversas, aquele afro-brasileiro colocou o bloco da sua candidatura na rua. Não tardou para a imprensa passar a persegui-lo, com pilhérias, sátiras e chacotas de cunho racista. Na sua coluna de galhofas “Aguilhas e alfinetes”, o jornal *O Século* (27/01/1909) enxovalhava:

— Há uma nuvem escura no horizonte...

— Já sei — é a candidatura do Monteiro Lopes.

O diário *Correio da Manhã* (16/01/1909) não ficava atrás. Na sua coluna “Pingos e respingos”, Cyrano & Cia escrevia:

*Na Avenida, no momento em que apaga um lampião:*

— Isto por enquanto ainda não é nada; no dia das eleições é que vai ficar tudo preto...

— Já sei: o Irineu...

— Qual Irineu! Você está a ler! Este distrito é do Monteiro Lopes!

O trecho “vai ficar tudo preto”, do verso acima, consiste num chiste de Monteiro Lopes, a partir do qual a “cor” do político negro era jocosamente associada a coisa ruim, a um ambiente de negatividade, de escuridão, de trevas, enfim, de ausência de luz. Essa é apenas uma ínfima amostra das muitas pilhérias, troças e chacotas que foram veiculadas pelos órgãos da grande imprensa alvejando Monteiro Lopes<sup>7</sup>. Perante a “boa sociedade”, o político “preto” era antes um *outsider*. E, como postula Norbert Elias, os grupos em situação de poder (os estabelecidos) tendem a se crer melhores que os outros grupos (*outsiders*), passando a estigmatizá-los, menosprezá-los e tratá-los como seres inferiores. Os estabelecidos têm a necessidade de buscar uma marca, um estigma, para identificar os *outsiders*<sup>8</sup>. No caso de Monteiro Lopes, ele foi visado pela marca da cor, um estigma, aliás, que foi várias vezes acionado para desqualificá-lo ao longo da carreira política. Quando se encontrava num momento periclitante da campanha, uma pessoa ocupou as páginas do *Correio da Manhã* (22/01/1909) para acusar o político “preto” de traidor e larápio. Em tom de terrorismo, essa pessoa se utilizou do pseudônimo *Charuto* para alinhar: “Pre-

[7] *Careta*, 09/01/1909; *O Malho*, 30/01/1909 e 06/02/1909; *Correio da Manhã*, 05/01/1909 e 12/01/1909. Sobre a produção cômica da imprensa brasileira desse período, ver Elias Thomé Saliba, para quem “uma das facetas de maior visibilidade nesta produção cômica é a referência constante, preconceituosa, às vezes explícita, às vezes alusiva e irônica, à condição racial”. Saliba, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 113-4.

[8] Elias, Norbert e Scotson, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.



vinam-se os candidatos com este gajo, que me comeu alguns contos de réis na última eleição municipal, banqueteadando-se à minha custa e traindo-me cinicamente!”.

Monteiro Lopes não sucumbiu aos escárnios, às galhofas, nem às calúnias. Continuou apostando na ampliação da cidadania, na retórica da universalização dos direitos no regime republicano e na possibilidade de atuar nos interstícios do sistema racial, mesmo que, para tanto, precisasse fazer algumas concessões e não entrar em choque direto com seus detratores. Talvez imaginasse que se eleger deputado federal naquela conjuntura era uma tarefa árdua, sobretudo se levasse em consideração o pacto das elites — batizado de “política dos governadores” —, o qual implicou na montagem de uma máquina eleitoral corrupta. Como Victor Nunes Leal explicou, as elites dirigentes da Primeira República adotaram métodos inescrupulosos para se manter no poder, cometendo uma série de abusos para vencer as eleições. Quando seus apaniguados elaboravam as listas de votantes, era comum incluírem analfabetos (o que era proibido), menores de idade e até pessoas falecidas. No dia do pleito, a mesa receptora dos votos produzia toda sorte de fraude a favor dos caciques políticos. Ao se apresentar um analfabeto para votar, os próprios componentes da mesa preenchiam as cédulas e assinavam as listas de presença. Os mesários também preteriam determinadas pessoas da lista de eleitores, por serem simpáticas aos candidatos da oposição. O vale-tudo ainda incluía assaltos às seções eleitorais, a destruição de urnas e livros de registros e a presença (e interferência) de capangas, o que levava os amedrontados eleitores a declararem o seu voto, para evitar futuras complicações. Pouco havia de livre ou de secreto na maneira de votar<sup>9</sup>.

A interpretação de Nunes Leal tem lastro em fontes de época, mas não é tudo que se pode, e mesmo se deve, ser dito sobre o complexo mundo da política na Primeira República. Sua interpretação, por exemplo, não dá conta de todas as experiências, nuances e especificidades do processo eleitoral. Os caciques políticos cometiam uma série de arbitrariedades, e as eleições certamente eram fraudadas, nelas votando até mortos e analfabetos. Isso, contudo, não permite inferir que elas consistiam num ritual de cartas marcadas, cujos resultados eram previsíveis e aprioristicamente definidos, anulando, no limite, qualquer possibilidade de ação coletiva dos grupos subalternos frente aos “donos do poder”. A política, em qualquer período histórico, é um campo aberto a conflitos e disputas. E, conforme argumenta Ângela de Castro Gomes, as eleições da Primeira República cumpriam “funções estratégicas, abrindo brechas no interior do jogo do poder oligárquico e implicando uma série de procedimentos de negociação”<sup>10</sup>. As eleições, outrossim, constituíam um canal de agenciamento, pois, na medida em que suscitavam formas diversas

[9] Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

[10] Gomes, Ângela de Castro. “Venturas e desventuras de uma república de cidadãos”. In: Abreu, Martha e Soihet, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 159.

de interação e mobilização dos eleitores, contribuíam para o *fazer* político e acúmulo de experiências dos grupos subalternos. Em vez, portanto, de um ritual de cartas marcadas, os pleitos sinalizavam um horizonte de possibilidades. Evidentemente, Monteiro Lopes não era um cacique político, por isso sua vitória eleitoral, naquele contexto, tornava-se uma missão difícil, mas não impossível.

Seu comitê eleitoral foi montado no centro da cidade, para facilitar os trabalhos de propaganda de sua candidatura. Segundo comentários feitos na época ao memorialista José Vieira, ele “se sacrificou pela eleição”, a ponto de “não ter o que comer”<sup>11</sup>. Não é possível atestar se essa informação é exata; o certo é que Monteiro Lopes investiu alto na arregimentação de cabos eleitorais, na confecção (e distribuição) de material de propaganda e na divulgação da candidatura. Percorreu a redação dos principais jornais e procurou mobilizar sua base eleitoral: os trabalhadores, de determinadas categorias do setor público e privado, e a “população de cor”. Os trabalhos se intensificaram na reta final de campanha, com reuniões, propaganda, palestras, títulos eleitorais, enfim, com “toda uma multiplicidade de esforços expandindo-se em raios divergentes”, anunciou o *Correio da Manhã* (22/01/1909 e 23/01/1909).

Finalmente chegou o dia das eleições: 30 de janeiro, um sábado. Em pleno verão fluminense, o clima quente — de excitação, tensão e incertezas — fez daquele um dia turbulento e atípico. Os boatos de fraudes eleitorais e todo tipo de falcaturas se espalhavam por todos os cantos. Para se precaver, Monteiro Lopes acionou o chefe de polícia e pediu “providências, no sentido de serem garantidas mesas eleitorais que se julgavam ameaçadas por grupos contrários”. Em vão. Os trabalhos na sexta seção, instalada na escola pública da rua das Laranjeiras, nº 90, foram abortados, pois “sendo aberta a sessão [de votação] às 10 horas da manhã, foi ela ilegalmente encerrada às 11 horas e 55 minutos”<sup>12</sup>. Terminados os trabalhos eleitorais da seção da rua Camerino, os mesários saíram com os respectivos livros e atas, tomando um carro. Ao que se dizia, o “Macaco da Saúde” estava “encarregado de estragar o resultado daquela seção”. No dia 3 de fevereiro, o assunto das “rodas políticas era a escandalosa descoberta de uma fábrica de títulos eleitorais que foi montada para explorar essa indústria e funcionou ativamente, febrilmente, até a madrugada de 30 de janeiro”<sup>13</sup>. Essas e muitas outras irregularidades foram denunciadas pelos órgãos da imprensa nos dias subsequentes ao pleito.

Provavelmente Monteiro Lopes supunha que, ante as fraudes, suas chances eleitorais diminuía, conquanto ele obteve uma votação expressiva e foi sufragado. Conforme divulgado pelos jornais, os nomes dos candidatos vencedores pelo “primeiro distrito” foram os seguintes: Irineu Machado (4.823 votos), Bethencourt da Silva Fi-

[11] Vieira, José. *A cadeira velha: memória da Câmara dos Deputados, 1909*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, 1980, p. 49.

[12] *Gazeta de Notícias*, 31/01/1909; *Correio da Manhã*, 31/01/1909.

[13] *Gazeta de Notícias*, 31/01/1909 e 04/02/1909.

lho (3.039), Monteiro Lopes (2.337), Pereira Braga (2.176) e Barbosa Lima (1.739)<sup>14</sup>. Superando muitas previsões, Monteiro Lopes ficou em terceiro lugar. Talvez nem mesmo ele esperasse um resultado tão positivo. Venceu uma batalha, mas não a guerra. De acordo com a lei, a eleição para deputados e senadores precisava ser reconhecida ou não pela Comissão de Verificação de Poderes. Explicando melhor. O candidato para ser eleito precisava ter o cômputo dos seus votos reconhecido em várias instâncias, conforme o cargo pretendido. No final dessa tramitação, encontrava-se a Comissão de Verificação de Poderes, que diplomava os eleitos. E esse órgão do Congresso Federal costumava referendar apenas os mandatos dos políticos pertencentes aos grupos que dominavam o poder.

### AS CONEXÕES TRANSREGIONAIS AFRODIASPÓRICAS

As possibilidades de Monteiro Lopes não ser diplomado ainda eram grandes, posto que, como assinalou o *Correio da Manhã* (10/02/1909), ele não tinha o “amparo de caudilhos políticos” e, o pior, era “preto e muito preto”. A imprensa noticiava os conluios e conchavos que aconteciam nos bastidores do poder, no sentido de impedir a diplomação do político afro-brasileiro. “Pouco a pouco”, informava a *Gazeta de Notícias* (16/02/1909), “passa a circular a notícia de que seria uma vergonha deixar entrar no Congresso um homem da cor do Sr. Monteiro Lopes”. Ou seja, seria “uma afronta aos brios da raça superior”, a qual “repugna o contato da gentilha que nasceu para as senzalas e para o bacalhau”<sup>15</sup>. De fato, algumas pessoas vale-ram-se do “preconceito de cor” para evitar que a coisa ficasse *preta*<sup>16</sup>. E não era para menos. O ideário do racismo científico — alicerçado nos preceitos da superioridade do branco e inferioridade do negro, do ponto de vista biológico, intelectual, cultural e moral — continuava vicejando, quer no plano político, social ou simbólico. Para boa parte das elites intelectuais e políticas (juristas, engenheiros, médicos, jornalistas, professores e autoridades públicas), a presença dos africanos e de seus descendentes em diáspora significava um obstáculo para a melhoria da raça, a formação do povo e a prosperidade da nação<sup>17</sup>. Imagens, representações e narrativas associando os negros a coisas negativas (atraso, ignorância, vadiagem, anomia) eram recorrentes. A intolerância racial grassava no cotidiano, impedindo o “homem de cor” de frequentar alguns cinemas, teatros, restaurantes e/ou de ser aceito em hotéis, clubes e escolas.

Segundo o *Correio da Manhã* (16/02/1909), quem chefiava aquele “ato revoltante” — de virar a mesa nos resultados da eleição, não permitindo a diplomação do político “preto” — era o Centro Industrial, uma associação de classe composta, em sua maioria, por “antigos fazendeiros

[14] *Correio da Manhã*, 31/01/1909.

[15] *O Século*, 15/02/1909.

[16] André de Mattos publicou um longo artigo sobre Monteiro Lopes, no periódico *O Século* (06/02/1910), para concluir que o “preto” não “pode ser deputado; escurecerá a Câmara toda e ninguém mais, no meio da treva criada por s. ex., se poderá mover. [...] Se índios enfeiam a nossa civilização, como judiciosamente pensa o sr. Alfredo Pinto, que dizer de um deputado cuja face traz a cor da noite? — Vá-se embora, que as sessões da Câmara são de dia”.

[17] Schwarcz, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



ex-negociantes de escravos”. Já na imprensa, quem comandava a campanha contra Monteiro Lopes era “Alcindo Guanabara, antigo jornalista dos [senhores] de escravos”. O afro-pernambucano não ficou lamentando as agruras da vida e também iniciou um trabalho de articulação para garantir seus direitos políticos. Nessa jornada, diversas vezes se posicionaram a favor dele. No dia 14 de fevereiro, Evaristo de Moraes — um reputado rábula das causas criminais — discorreu no *Correio da Manhã*: “desde alguns dias, com o bom sucesso da candidatura de Monteiro Lopes, a expressão ‘cores políticas’ baixou das regiões do figurado para o terra a terra do realismo”. De acordo com o rábula, a “exclusão” daquele afro-pernambucano “se for, como se diz, baseada no ‘motivo do pigmento’ — e só nele — constituirá erro lamentável, dos maiores que ainda, porventura, possa cometer a politicagem nacional”. Não seria pela entrada de um “preto” no Congresso que este órgão do poder público ficaria “emporcalhado ou sem valimento, perante as nações verdadeiramente civilizadas”. O que devia preocupar os “próceres e magnatas da política”, sentenciou Evaristo de Moraes, “é a modificação dos seus sistemas e processos de encher a Câmara e o Senado, sem olhar a aptidão, a competência, a capacidade moral e intelectual dos eleitos ou... nomeados”.

Ressoando não só no Congresso ou na imprensa, como ainda nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas instituições de ensino, nos bairros, nos bondes, nas ruas e nas esquinas, a cor na política era a polêmica do momento (*Gazeta de Notícias*, 16/02/1909). Monteiro Lopes recebeu várias manifestações de apoio por parte de pessoas brancas e, mormente, negras. Na sua edição de 13 de fevereiro, *O Século* estampava, de primeira mão: “Está convocado para terça-feira um comício de protesto contra o esbulho de que dizem ameaçado o dr. Monteiro Lopes. Corre que a coisa ‘será preta...’”. Descontando a conotação satírica (e etnocêntrica), a nota do jornal era correta.

No dia 15 de fevereiro, realizou-se uma “grande reunião de homens de cor” na sede do Centro Internacional Operário, para “tratar da projetada exclusão da Câmara, que se prepara contra o dr. Monteiro Lopes, eleito deputado no pleito de 30 de janeiro”. Presidida pelo sargento reformado Libânio de Souza — um veterano da Guerra do Paraguai —, a reunião aprovou várias deliberações. Em primeiro lugar, “pedir adesão a todas as classes e corporações existentes nesta capital, bem assim à imprensa e aos homens de cor de todos os Estados”. Em segundo lugar, dirigir-se em memorial ao “dr. Ruy Barbosa”, pedindo-lhe que “contribua com os seus conselhos junto à bancada baiana, para que não seja excluído da representação nacional um eleito do povo, pelo fato de ser negro”. Em terceiro lugar, “dirigir-se uma mensagem ao dr. Wenceslau Braz, presidente eleito do Estado de Minas, apelando para s. ex. aconselhar a bancada mineira a pôr em prática os preceitos republicanos de João Pinheiro”. Em quarto lugar, a reunião deliberou:

“fazer uma manifestação pública e, com a maior solenidade, à imprensa livre e independente”, que, associando-se ao povo, tem combatido o “atentado que os maus brasileiros projetam”, qual seja, “excluir da representação nacional o dr. Monteiro Lopes, julgando incompatível por sua cor para fazer parte da Câmara dos Deputados, apesar de legalmente eleito”. A reunião ainda deliberou “convocar um grande comício popular”, quando seria, “dentro da ordem e da lei”, lida uma enérgica mensagem de protesto contra o “odioso sistema que se pretende implantar no regime republicano, fazendo-se distinção de raças e de castas, criando-se privilégios de cor, cindindo-se assim a família brasileira”. Para esse “grande comício”, cujo dia ainda não havia sido definido, seria “convidado o eleitorado em geral, o operariado e o povo”. Ao término da reunião, “na melhor da ordem, foram levantados vivas à República, à imprensa livre e à memória do dr. João Pinheiro [...]. Viva a República sem preconceito de cor”<sup>18</sup>.

Para muitas pessoas brancas, apoiar Monteiro Lopes significava defender uma República com reformas de cunho liberal, livre da corrupção, dos mandos e desmandos dos “caudilhos políticos”. Já para os “homens de cor”, a mobilização em defesa de Monteiro Lopes demandava uma tarefa mais do que liberal. Tratava-se de republicanizar a República — respeitar os dispositivos legais, cumprir os preceitos constitucionais, universalizar direitos, garantir os canais de participação popular — e, principalmente, tratava-se de fazer valer a cidadania da população negra. A República não poderia criar privilégios; tinha que assegurar um tratamento democrático e igualitário para todos os seus cidadãos, sem distinção de “raças e de castas”.

No dia 19 de fevereiro, a *Gazeta de Notícias* dizia que a cor na política já havia repercutido e que dentro em pouco ecoaria “por todos os recantos do país o prematuro grito de alarme” contra a hipótese de não reconhecimento de Monteiro Lopes como deputado pela capital da República. Dito e feito<sup>19</sup>. A mobilização racial na órbita do político afro-brasileiro cresceu em ritmo acelerado, ocorrendo manifestações de apoio a ele por parte dos “homens de cor” do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco e de várias outras cidades do território nacional. Em Porto Alegre, Rio Grande, Bagé, Santa Maria e Pelotas, no Rio Grande do Sul, foram fundadas agremiações batizadas de Centro Etiópico Monteiro Lopes com o objetivo precípua de assegurar a diplomação do deputado pelo Distrito Federal. Segundo Beatriz Ana Loner, a campanha alcançou abrangência em todo o estado, causando forte impacto na comunidade negra de Pelotas, onde foram realizadas plenárias e reuniões com “mais de 300 pessoas”<sup>20</sup>. Rodolfo Xavier — um respeitado dirigente popular e negro da cidade — teria encaminhado um telegrama para o presidente da República Afonso Pena, solicitando-o ao cumprimento da Constituição, tendo em vis-

[18] *Correio da Manhã*, 16/02/1909; *O Século*, 16/02/1909.

[19] Em Santos, o diário *A Vanguarda* (19/02/1909) publicou um editorial de primeira página, associando o sufrágio de Monteiro Lopes ao libelo do regime republicano: “Quando a palavra sincera e convicta dos genuínos republicanos ecoava do Norte ao Sul do país, numa propaganda sacrificadora, nem de leve lembravam-se esses evangelizadores da cruzada nova, de que em pleno regime liberal a vontade do povo seria desrespeitada no parlamento nacional, com a exclusão odiosa de um seu escolhido, só pelo fato desse escolhido ser negro. Era o regime de plena democracia que se pregava. Entretanto, com o dr. Monteiro Lopes, mais uma vez, se pretende provar o contrário, negando-lhe ingresso na Câmara Federal, para onde ele foi eleito por uma maioria bem considerável de votos. Num país como o nosso, em que uma oligarquia tudo vai abatendo, a eleição do dr. Monteiro Lopes representa algo de nobre e traz consigo uma esperança de que tudo não está perdido. No Distrito Federal ainda há cidadãos capazes de suas ideias e, assim, num movimento que agrada, rompem as cadeias da politicagem e dão o seu apoio aos candidatos populares. Não cremos, em absoluto, que o preconceito de raça rasgue a nossa Constituição e o diploma do dr. Monteiro Lopes, mas se isso se der, para maior aviltamento do regime republicano, podemos, numa explosão de sincera revolta, rasgar essa máscara com que se disfarçam os monarquistas que nos governam”.

[20] Loner, Beatriz Ana. “Negros: organização e luta em Pelotas”. *História em Revista*, n. 5, 1999, pp. 7-28.

[21] Maciel, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)*. 2ª ed. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

ta os riscos do não reconhecimento de Monteiro Lopes. Essa não foi uma iniciativa isolada. Telegramas e cartas foram dirigidos às autoridades instituídas, uma ação judicial foi movida, atos públicos foram convocados e audiências agendadas com chefes políticos estaduais, para lhes rogar solidariedade ao político afro-brasileiro. Em São Paulo, a campanha recebeu a adesão da Federação Paulista dos Homens de Cor, uma das mais importantes organizações do gênero na primeira década do século XX<sup>21</sup>.

Enquanto isso, a revista *O Malho* (20/02/1909) trazia uma charge — denominada “A cor dos casos” — fazendo chiste racista da figura pública da vez: “Em mixórdias eleitorais tudo é possível”. Mas esta agora “passa das marcas e... escurece tudo! Ah! Monteiro Lopes! A tua cor é que domina o horizonte: está ficando tudo preto... muito preto, Monteiro Lopes! Pretíssimo!...”. Em março, iniciaram as apurações das eleições. E, “diante da repulsa geral”, noticiou o *Correio da Manhã* (03/03/1909), supunha muita gente que “havia recuado os autores do ignóbil plano de impedir a entrada do sr. Monteiro Lopes no Congresso, roubando-lhe a grande votação que [...] havia conseguido no pleito de janeiro”. Tal recuo não ocorreu. “Ontem, na reunião da Junta Apuradora, ficou provado que os audaciosos falsificadores estão dispostos a levar por diante a revoltante combinação.” O clima de tensão foi aumentando e o político afro-brasileiro, desconfiado dos riscos, procurou acompanhar de perto o trabalho da “Junta Apuradora”, informava a imprensa. Quando se ventilou apurar os votos de uma seção eleitoral sob suspeita de fraudes, Monteiro Lopes se exaltou e protestou, “travando-se nessa ocasião longo debate entre os candidatos, uns favoráveis ao modo de proceder da Junta, outros contrários”. Pires e Albuquerque — o coordenador dos trabalhos de apuração — chamou a atenção do político afro-brasileiro, que cada vez mais discutia com Sá Freire. Não sendo atendido na sua solicitação, Albuquerque determinou ao escrivão que retirasse Monteiro Lopes do recinto. Ao aproximar-se do escrivão, este, “mais calmo, declarou ao dr. Pires e Albuquerque que só sairia morto”. Mesmo que, nesse relato, a imprensa tenha carregado na tinta, o fato é que a votação do político afro-brasileiro foi confirmada. Mas, como este já conhecia a dinâmica de funcionamento do sistema político-institucional do país, não podia comemorar por antecipação. Restava ainda vencer o último obstáculo: ser reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes, para, só assim, tomar posse.

O cenário político foi adquirindo feições cada vez mais dramáticas. Confabulações daqui, conspirações dacolá, e a incerteza imperava. Os “homens de cor”, de diversas partes do país, persistiam na campanha de pressão pública, clamando por justiça e acompanhando vigilantes (e apreensivos) os acontecimentos que se desenrolavam no coração da



República. No dia 28 de abril, novas ameaças vieram à tona. A imprensa divulgou que, nos “corredores da Câmara”, espraçou-se o “boato” de que fora elaborada por dois representantes do Distrito Federal uma emenda que mandava “rasgar o diploma do Sr. Monteiro Lopes, para fazer presente da sua cadeira ao Sr. Serzedello Correa”<sup>22</sup>. O quadro de indefinições prosseguia, recrudescendo as preocupações e ansiedades de todos os lados. O “boato” das irregularidades repercutiu, contudo não se concretizou. Na coluna “Aguilhas e alfinetes”, *O Século* (01/05/1909) reverberava em verso e prosa:

— *Entra — Não entra — Será posto fora*  
*Será reconhecido — A todo o instante*  
*Eis o que a gente lê e escuta agora*  
*No bonde, no jornal, no restaurante.*

[22] *Correio da Manhã*, 29/04/1909.

Final de abril: a sorte estava lançada. Quando o Congresso Federal promovia sessões propriamente legislativas, a Comissão de Verificação concluía o seu trabalho. As expectativas, tensões e agitações permaneciam acirradas. O político afro-brasileiro “telegrafou aos governadores pedindo-lhes o apoio das bancadas para o seu reconhecimento”<sup>23</sup>; não descartava a possibilidade de novas manobras, porém isso não aconteceu. Ao parecer unânime da Comissão Verificadora, não foi apresentada nenhuma emenda. E assim, na tarde de 1º de maio de 1909, Monteiro Lopes foi finalmente proclamado e reconhecido deputado federal pelo Distrito Federal. Segundo *O Século* (01/05/1909), “as galerias e as diversas tribunas da Câmara estavam cheias”. Os populares entoavam “vivas ao Monteiro Lopes, cobrindo-o de flores”. Por ocasião de sua saída, uma aglomeração da arraia-miúda o esperava na rua e “fez-lhe ruidosa manifestação”. Ele agradeceu a “manifestação, pedindo calma ao povo, que se dissolveu em seguida”. No dia seguinte, *O Paiz* (02/05/1909) fez um relato semelhante:

[23] Vieira, op. cit., p. 85.

*Declarada encerrada a sessão de ontem na Câmara, foi o Sr. Monteiro Lopes [agraciado com] manifestação de apreço das galerias. Estas estavam apinhadas de amigos e admiradores do hoje popularíssimo deputado. Sobre sua cabeça caíram milhares de pétalas de rosas e voltejando o recinto esvoaçaram dois pombos, um preto e outro branco, simbolizando o partido pelo qual foi S. Ex. eleito. O Sr. Monteiro Lopes recebeu também cumprimentos de muitos dos seus colegas e mostrava-se extremamente comovido, diante daqueles ruidosos vivas e apertados amplexos.*

Monteiro Lopes extravasou de fremente alegria. Sua base de apoio — formada por correligionários do Partido Democrático, “homens de cor” ligados ou não às diversas associações, trabalhadores de várias

[24] *Correio da Manhã*, 02/05/1909.

categorias, servidores públicos, estudantes, segmentos populares, enfim, o “zé-povinho”<sup>24</sup> — também ficou inebriada, saudando com entusiasmo a nova liderança popular. Telegramas, cartas e palavras de congratulações chegaram de vários rincões, do Brasil e do exterior (Uruguai e Argentina). O balanço era promissor: os direitos universais republicanos não foram conspurcados. Algo de novo acontecera no cenário político nacional, indicando que dias melhores viriam. As esperanças de mudanças, finalmente, foram renovadas. As comemorações da vitória atravessaram o mês de maio, assomando-se às festividades relativas à abolição da escravatura.

Às 10 horas do dia 13 de maio, foi celebrada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito uma “missa festiva em ação de graças pelo feliz êxito obtido nas eleições pelo Dr. Monteiro Lopes. Após a missa, houve solene sessão para comemorar a data da lei áurea”, informou *O Paiz* (14/05/1909). À tarde, o político afro-brasileiro participou de uma romaria ao túmulo de José do Patrocínio. Quando o “numeroso grupo” chegou ao cemitério São Francisco Xavier, dirigiu-se à necrópole do “herói da abolição”. Então Israel dos Santos passou a palavra a Monteiro Lopes, para interpretar o sentimento das pessoas presentes defronte àquela sepultura. Este enfatizou que o “herói do 13 de Maio” deve ser glorificado, afinal, “venceu a maior batalha que se tem travado em prol da humanidade”. José do Patrocínio teria lhe feito herdeiro da grande responsabilidade de ser o “defensor dos fracos e dos oprimidos, declarações essas que Patrocínio fizera no consistório do Rosário, cerca de cinco anos passados”. Tem a certeza de haver cumprido com a maior fidelidade as disposições contidas no testamento do “mestre”. No Conselho Municipal, Monteiro Lopes teria sido o advogado dos “fracos e oprimidos”. Na Câmara Federal, para onde acabara de entrar pelo voto popular dos seus concidadãos, jura, sobre o túmulo do “excelso patriota”, celebrar a sua “imprecável memória”, defendendo a sua “raça fraca e oprimida” em face dos insubmissos que ainda não compreenderam que a lei de 13 de maio de 1888 firmou a igualdade dos brasileiros.

*O pleito de 30 de janeiro próximo passado foi uma consequência lógica do trabalho colossal e inenarrável de José do Patrocínio, pois que a sua eleição obedeceu a vitória de 13 de Maio, e mais do que nunca, agora se irradia em todas as camadas sociais. Na eleição de 30 de janeiro teve como competidor o Sr. conselheiro Andrade Figueira, o maior escravagista que, nem ao menos, momentos antes da passagem da lei 13 de Maio, se converteu ao credo abolicionista. Tem a suprema glória de, mais uma vez, ter dado combate ao último reduto do escravagista*<sup>25</sup>.

[25] *Gazeta de Notícias*, 14/05/1910.

O orador, que por várias vezes foi interrompido por palmas “estrepitosas”, terminou o seu discurso dizendo: “Glória a Patrocínio!”

“Salve! República, que fostes buscar o teu nascimento no ocaso do sol do 13 de Maio!”<sup>26</sup>. Monteiro Lopes traçava continuidades entre as lutas contra a escravidão e aquelas pela cidadania. Com efeito, depositava fé e esperança na República. Havia a necessidade de fazer (e aprimorar) a República, investir na construção de um regime que ainda estaria incompleto. Sua entrada na Câmara dos Deputados, pelo sufrágio popular de seus concidadãos, seria uma evidência de que a República fundava-se antes num campo de disputas, de escravagistas e abolicionistas, de ricos e pobres, de brancos e negros, em torno de projetos, ideários e noções de liberdade, raça e cidadania. Em que pese o inegável avanço liberal, restava fazer muita coisa, porque, se a lei de 13 de maio assegurou a equiparação jurídica dos brasileiros e a República garantiu as prerrogativas constitucionais, em ambas as dimensões os dispositivos democráticos precisavam ser aperfeiçoados. O povo devia empreender os maiores esforços para construir uma República à sua imagem e semelhança, com direitos universais e sem distinções de classes e de cores. No mês de junho, ainda foi marcada uma “sessão cívica em regozijo” ao reconhecimento do político afro-brasileiro. O evento teria caráter “popular” e seria “público”, divulgou *O Século* (10/06/1909).

[26] *Ibidem*.

Monteiro Lopes não se esqueceu de seus “irmãos de cor” de outras partes do país, visitando-os e os agradecendo pela campanha de apoio. Em julho, ele viajou e fez a primeira escala em São Paulo, tendo sido homenageado em Campinas pela Federação Paulista dos Homens de Cor, que naquele instante mantinha o Colégio São Benedito em dificuldades de saúde financeira. Como forma de retribuição às ações de solidariedade recebidas, Monteiro Lopes decidiu ajudar o colégio e, o mais importante, a partir dali procurou impulsionar uma rede trans-regional de conexões do ativismo negro. Foi com esse espírito que, no início de 1910, ele retomou a peregrinação pelos estados que o apoiaram e reiterou, junto às organizações dos “homens de cor”, sua retórica republicana, de direitos universais, cidadania e igualdade racial. Em Porto Alegre, ele foi acolhido no salão do Floresta Aurora, o mais antigo clube de negros da cidade. Segundo reportagem do semanário *O Exemplo* (13/02/1910), uma “multidão” o esperava numa “festa empolgante e majestosa”. Não só o salão do clube, como também a rua de acesso a ele, ficaram intransitáveis, “tal era o número de pessoas que aguardavam ansiosos a chegada do deputado Monteiro Lopes”. Quando este “prorrompeu” no recinto, uma “estridente” aclamação produziu o “delírio, à comoção das lágrimas, em muitos populares”. Monteiro Lopes foi “obrigado” a discursar de uma janela; e “o fez arrebatadamente”. Em Pelotas, o deputado foi ovacionado pelos “homens de cor”, tendo sido recebido com entusiasmo, com direito a banda de música, festa, discursos e muita emoção.



Potencializando um circuito transregional de interlocuções da militância negra, as visitas de Monteiro Lopes aos outros estados serviram para avalizá-lo como uma referência afro-brasileira. Mais do que um deputado negro, ele era um deputado que assumia sua condição racial e travava embates em prol da “causa”. Enquanto isso, a coluna “Aglulhas e alfinetes”, do jornal *O Século* (17/05/1909), despejava pilhéria: “O deputado Monteiro Lopes é hoje o nosso homem político mais representativo. Na escuridão deste momento, S. Ex. não é um homem, é um símbolo”. Mesmo que a pilhéria seja de mau gosto — pelo menos à luz dos padrões éticos contemporâneos —, há de se concordar com uma coisa: Monteiro Lopes tornou-se de fato um símbolo, símbolo de resistência e luta dos negros no pós-abolição. Sua “estreia” na Câmara dos Deputados ocorreu em julho de 1909, ocasião na qual agradeceu, mais uma vez, o apoio recebido de diversas partes do país. Já no primeiro discurso ocupando a tribuna, no dia 17 daquele mês, ele se reportou às “leis de proteção ao proletariado” e conclamou o “regime da lei, da ordem e do trabalho”.

*Sr. Presidente, permitam V. Ex. e os meus ilustres colegas que as minhas primeiras palavras interpretem com a maior fidelidade os mais solenes protestos de gratidão e de carinho a uma parte do eleitorado independente e incorruptível, que desde 1903 vem sufragando o meu humilde nome nas urnas livres republicanas da capital da minha pátria [...]. A Câmara conhece as grandes e extraordinárias dificuldades que dia a dia assoberbam a vida das classes menos favorecidas da fortuna. Entrei nesta Casa com uma eleição fortemente amparada pelas classes laboriosas. De todas elas tenho recebido nos difíceis e acidentados transes de minha carreira política, inigualáveis provas de confiança, verdadeiros pronunciamentos de dedicação exemplar, de modo a não ser possível divorciar-me da grande família operária, do homem do trabalho, do homem da oficina (Aplausos das galerias). É por isso que desde muito me constituí seu advogado na ininterrupta série dos seus sofrimentos, procurando na razão direta de minhas forças diminuir-lhe os seus inenarráveis sacrifícios (Muito bem). Há nesta Casa dois projetos que constituem as mais justas e nobres aspirações do operariado. O primeiro é o de nº 166, de 1906, que uniformiza as horas de trabalho e os vencimentos das diversas classes de operários [...]. O segundo projeto [...] é o de nº 273, de 1908 [...]. Peço licença à Câmara para afirmar que no dia da sanção da lei uniformizando a hora de trabalho, o vencimento do operário, regulamentando os acidentes e riscos do mesmo trabalho, será definitivamente celebrado o legítimo consórcio da República e o povo. Sr. Presidente, não há país nenhum, ainda mesmo de civilização mediana, em que não se encontre lei protetora do operariado [...]. Venho pedir à Câmara justiça republicana para os humildes, para os operários de minha terra (Apoiados). Sr. Presidente, nós republicanos precisamos nos desobrigar dos grandes e extraordinários compromissos*

que contráimos com o povo nos difíceis tempos da propaganda (Palmas no recinto). Nós, os republicanos, precisamos dizer lá fora e provar no recinto desta Casa, ser a República o regime da ordem, da paz, da justiça... e do trabalho (Muito bem, muito bem. Palmas nas galerias e no recinto. O orador é abraçado e cumprimentado)<sup>27</sup>.

No primeiro discurso ocupando a tribuna da Câmara, Monteiro Lopes vinculava o seu nome “às classes laboriosas”, manifestando sua preocupação com a vida dos “menos favorecidos da fortuna”. Postulava para os trabalhadores uma legislação “protetora” e, a um só tempo, fazia uma espécie de profissão de fé na República, o regime da “ordem, da paz, da justiça... e do trabalho” para os “humildes” e para os “operários” de sua terra. Na avaliação de Afonso Arinos de Melo Franco, o desempenho parlamentar do político afro-brasileiro foi vanguardista: “Naquele tempo de triunfo incontestado da burguesia [...], Monteiro Lopes se declarava socialista e republicano, ajuntando às vezes que era representante do operariado, e não das políticas estaduais”<sup>28</sup>. Exageros à parte, Monteiro Lopes colocou o seu mandato, no parlamento federal, a serviço da discussão das questões sociais e dos direitos dos trabalhadores<sup>29</sup>, numa época em que isso não era comum. Seu mandato, entretanto, foi precipitado, pois o político afro-brasileiro faleceu às 12h40 do dia 13 de dezembro de 1910, vitimado pelas complicações decorrentes do diabetes.

A notícia de sua morte foi sentida no Congresso Nacional, de modo que a sessão legislativa do dia 13 foi encerrada após o “elogio fúnebre” de alguns deputados<sup>30</sup>. Seu falecimento causou espanto na “boa sociedade”. Já no interior da “comunidade negra”, a notícia provocou forte consternação. A Federação Paulista dos Homens de Cor, por exemplo, divulgou nota pública, declarando seu pesar pela morte do “ilustre patricio”. E, como foi lavrado na abertura deste artigo, seu enterro foi “concorridíssimo”, comparecendo representantes dos mais diversos segmentos do Estado e da sociedade civil. Paralelamente à sua atuação no terreno do direito e da política, Monteiro Lopes teria se dedicado à literatura e ao jornalismo, escrevendo entre outras obras “*Dama de sangue*, *O crime de Vanderbilt*, poesias e artigos publicados em jornais de Recife, Belém, Manaus e Rio”. Teria, ainda, sido o “fundador e principal colaborador do *Diário Ilustrado*, que se publicou no Rio de Janeiro entre 1904 e 1905”<sup>31</sup>. O finado deixou viúva, Zulmira Monteiro Lopes, e um filho, Aristides Lopes, então aluno do Colégio Militar.

#### A COR NA POLÍTICA

Num estudo que se arvora “a primeira tentativa acadêmica de investigar a composição racial do Congresso brasileiro, analisar a sub-representação dos negros e examinar o comportamento dos

[27] Cf. *O Século*, 19/07/1909, e *Anais da Câmara dos Deputados do Brasil*, vol. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, pp. 460-3.

[28] Franco, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; MEC, 1976, p. 510.

[29] Na sessão de 13 de setembro de 1910, Monteiro Lopes voltou a rogar por uma legislação de proteção ao operariado: “Sr. Presidente, Deputado do povo, representando aqui o proletariado, venho fazer um apelo ao Senado, aos embaixadores dos Estados e aos homens que, pelas suas posições sociais, têm a responsabilidade e a direção suprema da política nacional. Venho pedir ao Senado, em nome dos que sofrem, em nome das classes menos favorecidas da fortuna, a aprovação do projeto nº 223 A, de modo que o operariado possa entrar em breve tempo no gozo dos direitos que lhes assegura a Constituição republicana. [...] De todas as nações civilizadas somente falta ao Brasil legislar para o trabalho. [...] Republicano socialista, Sr. Presidente, não estou fazendo aqui socialismo, mas peço licença aos meus ilustres colegas para lembrar que as grandes reformas operárias realizadas nos parlamentos de diversos países do mundo têm sido feitas sem que a elas tenha presidido o socialismo”. Cf. *Anais da Câmara dos Deputados do Brasil*, vol. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, pp. 285-6; 290.

[30] *O Paiz*, 14/12/1910; *Gazeta de Notícias*, 14/12/1910.

[31] *Correio da Manhã*, 14/12/1910.

[32] Apud Johnson, Ollie A. “Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 38, 2000, pp. 7-29.

[33] Edmundo, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, vol. 3, p. 522; Arinos Filho, Afonso (org.). *Afonso Arinos no Congresso: cem discursos parlamentares*. Brasília: Senado Federal, Gabinete da Presidência, 1999, p. 160.

membros negros do Congresso”, Ollie Johnson constatou que Abdias do Nascimento — ativista afro-brasileiro, político e então senador da República — usava o seu mandato parlamentar para denunciar o racismo e promover programas de ação tendo em vista garantir a igualdade de oportunidades entre negros e brancos na sociedade brasileira. Quando o *brasilianista* entrevistou Abdias em 1994, ouviu algo revelador: “Eu sempre digo que eu fui o primeiro deputado negro no Congresso [...] no sentido de consciência. Eu estava defendendo a causa [negra]”<sup>32</sup>. Ora, Abdias foi deputado federal na 47ª Legislatura (1983-1987). Isso significa dizer que sua revelação é equivocada. Muitas décadas antes dele um parlamentar “preto” levantou a bandeira a favor da “causa”. Seu nome: Manoel da Motta Monteiro Lopes. Figura popular no Rio de Janeiro da primeira década do século XX, foi tema de troças carnavalescas, de peças teatrais e atraiu os olhares de vários cronistas. Luís Edmundo — que foi seu contemporâneo — define-o como o “*leader* da raça negra, suando reivindicações, a falar, sempre, muito alto, a gesticular como se estivesse discursando”. Já para Afonso Arinos Filho, Monteiro Lopes era uma “figura notável”; o primeiro deputado que inaugurou, em sua campanha de 1909, a “batalha pela libertação econômica e racial dos negros”; foi o “pioneiro da raça no Brasil”<sup>33</sup>.

No entanto, o equívoco de Abdias, para não dizer desconhecimento em relação ao “pioneiro da raça no Brasil”, não foi obra do acaso. Apesar de os “amigos e admiradores” terem se esforçado para preservar a memória de Monteiro Lopes e este ter sido objeto da atenção da opinião pública, seu nome caiu no esquecimento, inclusive das sucessivas gerações de ativistas afro-brasileiros do pós-Segunda Guerra Mundial. No atual contexto de discussão de assuntos ligados à diáspora africana, à diversidade etnoracial e à história afro-brasileira, é oportuno tirar Monteiro Lopes do limbo, anotando e examinando aspectos de sua trajetória, especialmente de seu êxito político em 1909, quando foi eleito deputado federal pelo Primeiro Distrito da Capital Federal em janeiro e reconhecido em maio.

Segundo *O Século* (13/12/1910), Monteiro Lopes era dotado de “inteligência e espírito culto”, porém “a posição a que chegou se deveu, exclusivamente, ao seu esforço e à tenacidade de seu caráter de combatividade”. Já para *O Paiz* (14/12/1910), ele não era “um homem de gênio, mas um estudioso de mérito e possuía um cabedal considerável de conhecimentos”. As interpretações dos jornais coincidiam em algo: deveu-se ao mérito próprio do político negro “ter galgado posições salientes até alcançar a honra de se sentar no Congresso Nacional”. Interpretar o triunfo eleitoral de Monteiro Lopes como sendo fruto, tão somente, dos seus esforços individuais é, no mínimo, problemático. É não reconhecer a importância da ação coletiva dos “de baixo”

sobre o desfecho dos conflitos travados com os “de cima” e, em última instância, sobre o próprio curso da história. As novas pesquisas vêm apontando que uma miríade de atores sociais, ideias, práticas, instituições e organizações político-culturais impulsionou numerosos e diversificados movimentos associativos no Rio de Janeiro, no período da Primeira República<sup>34</sup>. Esses movimentos envolviam um conjunto de questões sociais, culturais e políticas, de classe, gênero, raça e nação, e suas experiências de mobilização e organização, como atores coletivos, colocavam na ordem do dia demandas de direitos que eram, simultaneamente, civis, políticos e sociais. Longe de terem sido ineficazes e inorgânicos, esses movimentos cumpriram um papel proativo, reivindicando políticas às autoridades públicas, formulando projetos de cidadania e implementando uma série de iniciativas propositivas.

Não basta saber das ocorrências de fraudes e violências eleitorais na Primeira República. Como Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu alertam, tais ocorrências efetivamente existiam, limitando e desestimulando a representação política dos cidadãos. Mas, apesar disso, as eleições desempenhavam “papel-chave no sistema político de então”. De um lado, porque, a partir delas, operava-se uma relativa “circulação de elites, introduzindo na cena política um mínimo de competição e renovação”. De outro, porque elas eram responsáveis por uma “incipiente, porém pedagógica, mobilização de eleitores, o que ocorria de formas muito diversas, fundamentando um aprendizado político constante pela realização sistemática dos pleitos”<sup>35</sup>. Seja como for, as eleições na Primeira República não se resumiam a um jogo de cartas marcadas. As cartas, no tabuleiro da política, eram permutadas, barganhadas, embaralhadas, negociadas, confrontadas, blefadas, de modo que o resultado daquele jogo nem sempre era previamente determinado, senão a vitória de Monteiro Lopes se torna incompreensível. A eleição do político afro-brasileiro não foi um ato de heroísmo, mas produto de um processo de mobilização racial e popular, que enredou múltiplos interlocutores do Estado e da sociedade civil. Quando a notícia da ameaça de “depuração” de Monteiro Lopes circulou pela imprensa do país, os “homens de cor” entraram em cena, ousaram dizer seu nome, demarcaram fronteiras identitárias, agenciando-se em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, e levando a efeito uma ampla campanha de pressão em prol da diplomacia do “candidato dos negros”, como consignou a imprensa (*O Século*, 13/02/1909). Essa campanha talvez tenha inaugurado uma rede transregional de conexões, interdependências e ações coletivas afrodiaspóricas no Brasil pós-emancipação, cujos significados e dimensões precisam ser mais bem avaliados. Se essa rede não foi a responsável pelo acúmulo de forças que conduziram ao triunfo do político negro, ela não pode ser negligenciada.

[34] Fonseca, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2008.

[35] Gomes, Ângela de Castro e Abreu, Martha. “A nova ‘Velha’ República: um pouco de história e historiografia”. *Tempo*, vol. 13, n. 26, 2009, p. 7.



Ao término de uma faina trepidante e exaustiva campanha que parece ter alcançado um caráter afrodiaspórico, Monteiro Lopes foi diplomado, tendo sido o primeiro representante dos “homens de cor” a chegar ao parlamento da República articulando um discurso de afirmação racial e em defesa dos “fracos e oprimidos”. Para um país que ainda não se desvencilhara do recente passado escravista, a conquista de Monteiro Lopes foi algo significativo, razão pela qual ele se tornou, para muitos negros, um paradigma de sucesso, um ícone de inspiração, uma fonte de orgulho, admiração e identificação. No caso dos membros da Federação Paulista dos Homens de Cor (FPHC), a identificação com o seu popular “patrício” revestiu-se até de um sentido estético. Segundo registros memorialísticos, os membros da FPHC, ao se depararem com Monteiro Lopes por ocasião de sua visita à sede da agremiação, exclamaram envaidecidamente: “Olha, ele é negro e beçuado como nós”<sup>36</sup>.

[36] Pereira, José Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas (1896-1914)*. Campinas: dissertação de mestrado, FE-Unicamp, 2001, p. 96.

Foi esse descendente de africano “beçuado” o principal protagonista de um fenômeno novo na política brasileira. As elites estabelecidas conseguiam excluir os negros (*outsiders*) dos círculos do poder, monopolizando as melhores posições, em termos de prestígio social e vantagens materiais. E conforme assevera Elias, o desequilíbrio de poder é fundamental à relação entre os estabelecidos e *outsiders*, já que “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem estabelecido em posições de poder das quais o grupo estigmatizado está excluído”<sup>37</sup>. É a partir desse desequilíbrio de poder que os estabelecidos se sentem superiores, repelindo os *outsiders* e os tratando como seres desagradáveis e inconvenientes. No período da Primeira República, a política institucionalizada era dominada pela parcela da população “catita, limpinha, elegante e branca”, como diria Lima Barreto com ironia. Todos sabiam, quando não compactuavam, das regras de um jogo costumeiro. Na medida em que Monteiro Lopes se lançou na carreira política e conquistou o cargo de deputado federal, pelo voto popular, a coisa ficou *preta*. Um *outsider* teve o desprazer de desafiar as regras do jogo. Daí aquela reação à nova configuração cromática na política. Era necessário que Monteiro Lopes, como personificação alegórica dos *outsiders*, soubesse se colocar no seu devido lugar na sociedade. Para as elites estabelecidas, não se cogitava tolerar um negro “beçuado”, que se orgulhava de sua condição racial, alçar voo tão alto. A sua eleição foi um marco porque acenou colocar em xeque o desequilíbrio de poder — a superioridade dos “brancos” e a inferioridade dos “pretos” —, redefinindo, ainda que contingencialmente, a cor na política.

[37] Elias e Scotson, op. cit., p. 23.

Não deve ter sido fácil para um negro retinto, em plena era do racismo científico e das teorias do branqueamento nas Américas, sair da cidade de Recife no final do século XIX para incursionar pela região Norte e, em seguida, migrar para se projetar no Rio de Janeiro, o mais

pulsante centro cosmopolita do país. Não foi uma tarefa fácil porque o Brasil acabara de sair da escravidão e o “preconceito de cor” da Belle Époque nem sempre era cordial, haja vista o que ocorreu com ele próprio. Mesmo transitando em vários ambientes (irmandade religiosa, maçonaria, agremiações partidárias, jornais, clubes, gabinetes, fóruns) e dominando a gramática da “boa sociedade”, Monteiro Lopes chegou a receber um tratamento pouco cortês. Mesmo com o *status* de advogado e parlamentar tendo sido eventualmente reconhecido, ele colecionou indisposições e constrangimentos. Luís Edmundo narra um episódio em que, na época do prefeito Pereira Passos, Monteiro Lopes teria sido impedido, por causa da “linha de cor”, de entrar com sua esposa no suntuoso bar do Pavilhão de Regatas, um recinto construído para o público assistir às competições náuticas. Na oportunidade em que esteve no Rio Grande do Sul, fez reserva no Hotel Grindler, “mas à última hora, quando teria chegado para dormir”, informaram que só poderiam lhe “ceder um quarto junto à cozinha”. Ele então se hospedou no Hotel Brasil. Monteiro Lopes foi perseguido pelos órgãos da grande imprensa (jornais e revistas) e ironizado amiúde pela crônica fluminense. Orestes Barbosa, por exemplo, escreveu que se lembra dele, na época em que estava “no cartaz da política” e “arrancava vitórias eleitorais com a cor, ou melhor com a ausência de cor!”<sup>38</sup>.

Eis um pequeno retrato do racismo à brasileira no período da Primeira República. Os negros eram espezinhados cotidianamente, zombados pela imprensa, impedidos do acesso a alguns bens e serviços, preteridos em determinados setores do mercado de trabalho formal, prejudicados pelas diretrizes governamentais no sistema educacional, despojados de certos direitos sociais e vistos como um ser eugenicamente patológico: feio, sem charme ou elegância<sup>39</sup>. Mas não se deve reduzir a experiência histórica desse período a essas possibilidades. Embora os exemplos de intolerância racial campeassem, não foram capazes de confiscar todos os canais de inserção e ascensão social dos negros, tampouco emascularam sua capacidade de realização. Apoiando-se em Giovanni Levi, pode-se dizer que o foco do historiador deve ser as contradições dos “sistemas normativos” e por isso mirar nas frestas, nas ambivalências e na pluralidade dos pontos de vista que tornam “todos os sistemas fluidos e abertos. As mudanças ocorrem por meio de estratégias e escolhas minuciosas e infinitas que operam nos interstícios de sistemas normativos contraditórios”<sup>40</sup>.

Isso é realmente uma mudança de perspectiva, pois enfatiza as ações mais proativas e localizadas, para demonstrar as lacunas e os espaços deixados em aberto pelas complexas inconsistências de todos os sistemas, inclusive do racial. Monteiro Lopes que o diga. Aqui, o resultado de suas ações foi concebido como fazendo parte de um contexto que, embora desfavorável e adverso, ofereceu margens de

[38] Edmundo, op. cit.; Santos, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: Ed. Universitária, 2003, p. 142; Barbosa, Orestes. *O pato preto: crônicas da rua, da cadeia e de Paris*. Rio de Janeiro: Edição do Brasil Contemporâneo, 1927, p. 43.

[39] Andrews, George Reid. *América Afro-Latina (1800-2000)*. Trad. Magda Lopes. São Carlos: Edufscar, 2007; Dávila, Jerry. *Diploma da branquira: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Trad. Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Ed. Unesp, 2006; Bomilcar, Álvaro. *O preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Aurora, 1916; Moraes, Evaristo de. *Branco e negro: nos Estados Unidos e no Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Miccolis, 1922; Stepan, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Trad. Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

[40] Levi, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: Burke, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 155.

autonomia para definir estratégias, estabelecer negociações, fazer escolhas e tomar decisões. Sua ascensão, portanto, foi possível graças à possibilidade de aproveitar as fissuras e brechas do sistema racial brasileiro. Por fim, vale frisar que Monteiro Lopes rompe com alguns dos estereótipos impingidos ao negro nas primeiras décadas do pós-abolição. Longe da imagem de alienação, subalternidade e anomia social, seu exemplo leva a supor como os descendentes da diáspora africana foram versáteis e, dentro do possível, apropriaram-se da retórica republicana de direitos universais, cidadania e igualdade para fazer valer seus projetos, anseios e ideais, e conquistar (ou ampliar) direitos e redefinir sua posição na sociedade.

---

Recebido para publicação  
em 9 de novembro de 2011.

---

**NOVOS ESTUDOS**

CEBRAP

95, março 2013  
pp. 59-81

---

---

PETRÔNIO DOMINGUES é doutor em história (USP) e professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é visiting scholar na Rutgers — The State University of New Jersey (EUA), com bolsa da Capes.